

VEÍCULOS QUITADOS



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - UF Nº 0000000000
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

0 00000000 ***** 0000

NOME
XXXXXX XX XXXXXXXX

000.000.000-00 PLACA XXX0000

PLACA/UF 0XXXX80XXXX0000000

ESPECIE TIPO COMBUSTÍVEL
XXX/XXXXXXXXXX/XXX XXX XXXXXXX

SERIE/ACESSO ANO/MS ANO/MS
XXXX/XXXXXXXX (0000) (0000)

CAP/UF/PAI COM PERSONALIDADE
0 XXX/000/000 XXXXX XXXXX

No campo NOME do CRV/CRLV constará o nome do cliente e o campo OBSERVAÇÕES em branco.

Se o proprietário ou segurado for Pessoa Física ou Jurídica:

- CRV (D.U.T. Documento Único de Transferência) original preenchido e assinado pelo proprietário legal do veículo com firma reconhecida por autenticidade.
Instruções para preenchimento, acesse: <https://www.tokiomarine.com.br/wp-content/uploads/2019/04/Vide-Detalhes-para-preenchimento-do-CRV.pdf>

ou

- CRV Digital (ATPV – Autorização Para Transferência de Propriedade de Veículo - Digital) original preenchido pelo proprietário legal do veículo com firma reconhecida por autenticidade.
Proprietário Legal deve solicitar ao Detran que o veículo está registrado o cadastro da intenção de venda e a emissão do ATPV e após preenchimento vai ao cartório para reconhecer firma por autenticidade da assinatura do proprietário (vendedor) a favor da Cia

“Caso o veículo possua qualquer tipo de restrição (Administrativa ou Judicial) atrelada ao veículo a mesma deve ser regularizada/baixada junto aos órgãos competentes pelo proprietário legal do veículo antes do preenchimento do CRV em nome da cia”

- Comprovante de quitação de todos os débitos: Multas, IPVA e DPVAT (se quitados a menos de 30 dias enviar o comprovante original, somente multas em autuação deduzimos da indenização, demais débitos devem ser quitados pelo proprietário do veículo) fazer upload <https://sinistro.tokiomarine.com.br>
- Formulário de Indenização Integral assinado pelo segurado e proprietário legal quando não for o mesmo, com firma reconhecida por semelhança.
Instruções para preenchimento, acesse: <https://www.tokiomarine.com.br/wp-content/uploads/2018/03/formulario-para-sinistro-indenizacao-integral-042021-v1.doc>
- Chaves do veículo, inclusive a reserva.
- Manual do veículo (caso não tenha sido roubado/furtado com o veículo/ até 3 anos de fabricação)

Somente se o proprietário ou segurado for Pessoa Jurídica:

- Contrato Social ou Estatuto Social da Empresa (cópia simples)

Atenção:

A documentação completa deverá ser encaminhada num único SEDEX. (gratuito)

- Imprimir e preencher o formulário de porte pago acessando o link abaixo.
<https://www.tokiomarine.com.br/wp-content/uploads/2020/11/SIN-AUTO-86.pdf>
- Anote o número do registro fornecido pelos Correios (XXXXXXXXXXBR) e acompanhe a chegada dos documentos via site dos Correios. <http://www.correios.com.br>

Retirada de Acessórios: Em caso de sinistro que o veículo será removido pela Tokio Marine, os acessórios de som, imagem e equipamentos que não sejam "originais" do veículo e que não tenham cobertura contratada na apólice, deverão ser retirados do veículo.

Desta forma, enviar e-mail para retiradadeacessorios@tokiomarine.com.br, informando o *NÚMERO DO SINISTRO* e **itens a serem retirados**, em até 48 horas uteis será avaliado a vossa solicitação e encaminhado a autorização para este procedimento. Após a autorização para retirada, caso não ocorra no período combinado, os custos para devolução serão por conta e risco do cliente.

A **retirada dos pertences pessoais**, deverão ser tratados *diretamente com a oficina*.

O veículo será removido da oficina para o pátio específico da seguradora a partir do 5º dia após caracterizado Indenização Integral a fim de salvaguardar o bem e evitarmos cobrança de estadia.

Nos casos de Furto/Roubo, o proprietário deve comunicar de imediato o DETRAN para:

- Evitar que o proprietário seja multado nesse período por infrações que não cometeu;
- Evitar complicações ao proprietário nos casos de envolvimento do veículo na prática de algum ato ilícito;
- Auxiliar nas ações de fiscalização de trânsito e recuperação do veículo.

A entrega da documentação não implica no reconhecimento do pagamento da indenização, que dependerá da análise de critérios técnicos.